

Dimensões socioculturais urbanas da violência: contemporaneidade e relações sociais

*Urban socio-cultural dimensions of violence
in contemporary social relations*

Carlos Alberto Máximo Pimenta*

Resumo: Neste artigo, temos como objetivo indicar os efeitos sociais da globalização para apresentar alguns apontamentos de caráter sociocultural sobre o que se convencionou chamar de violência. Realizamos uma abordagem teórica centralizada em autores contemporâneos que relacionaram o tema violência e globalização. Apontamos que: ou superamos os modelos apolíticos de acomodação das massas populares, ou continuaremos a estigmatizar e a praticar violências de todas as ordens contra pessoas, lugares, classes.

Palavras-chave: violência; violência urbana; efeitos da globalização.

Introdução

Neste artigo, temos como objetivo indicar os efeitos sociais da globalização para apresentar alguns apontamentos de caráter sociocultural sobre o que se convencionou chamar de violência. Tomamos como referência a contemporaneidade, sem perder de vista as conseqüências desse movimento nas relações sociais.

Partimos da concepção de que esse quadro de “expressões” tem origem nos centros urbanos valores complexos e contraditórios, de escala mundial, com sérios desdobramentos no cotidiano e, nessa dimensão, ganha importância midiática, social e política.

Falamos a partir do processo de modernidade, uma vez que foi nesse momento que se propôs o abandono das sociedades tradicionais, seus valores, ritos e mitos, para que pudéssemos acreditar, não sem lutas, guerras e relações de poder, no ideal de direito, justiça, liberdade, solidariedade, propriedade privada e prosperidade. E, sobre esse ideário harmônico, padronizado e funcional é que o indivíduo passaria a ser civilizado, em oposição à barbárie¹.

* Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor de sociologia na Universidade de Taubaté, pesquisador do NIPPC – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporâneas (UNITAU) e do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (UNITAU).

¹ Devemos ressaltar que há trabalhos significativos que auxiliam ao entendimento dessa temática. Ver, como exemplo, os trabalhos produzidos nos núcleos: Núcleo de Estudos da Violência – USP, Núcleo de Estudos do Cotidiano e da Cultura Urbana - PUC/SP, Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança - UNB, Núcleo de Pesquisas das Violências - UERJ, Laboratório de Estudos da Violência – UFSC; na UFMG; e, as

No entanto, na atualidade a violência assume diversos modos e manifestações, estes cada vez mais inovadores e renovados, o que mantém em aberto a necessidade de respostas para as perguntas que ainda continuam em formulações. Ao reproduzirmos o entendimento de Wieviorka (1997, p. 5), podemos dizer que a “[...] violência não é a mesma de um período a outro. [...], as transformações recentes, a partir dos anos 60 e 70, são tão consideráveis que elas justificam explorar a idéia da chegada de uma nova era [...]” e, com ela, um conjunto de novas violências.

Propomos a pertinência das seguintes indagações: por que o ideário contido no processo de civilização não foi capaz de evitar atos de barbárie? As sociedades tecnológicas e informacionais terão condições de minimizar esse quadro de expressões? Como pensar, do ponto de vista humano, a formação do indivíduo? Como propor entendimentos mínimos sobre as diversas ‘violências’ experimentadas na realidade brasileira, em especial nos centros urbanos?

Realizamos uma abordagem teórica centralizada em autores contemporâneos, nacionais e estrangeiros que relacionaram de alguma forma o tema violência. Essa estratégia serve para nos auxiliar na reflexão sobre as questões e o objetivo acima formulados. Contudo, cabe-nos consignar que falamos da violência urbana em perspectivas socioculturais e não estamos a falar de violência política, religiosa², institucional ou econômica, embora elas tenham convergências, na perspectiva por nós adotada.

Violência na contemporaneidade: trajetos teóricos e conseqüências no social

Definir o que venha a ser “violência” continua sendo um complicador àqueles que se habilitam a estudá-la. Isso se dá pelo seu caráter polifônico e plural, não se podendo excluir as dinâmicas dos diferentes tempos, espaços, culturas, o que nos remete à idéia de existir várias maneiras de compreendê-la. Em seu sentido etimológico, tomando como base Yves Michaud (1989, p. 8), o núcleo da palavra violência é *vis* (força, vigor, potência, quantidade, abundância), advinda do verbo latim *violentia*, e “*significa violência, caráter violento ou bravo*”.

Para Michaud, é a *força* que constitui o que venha a ser violência, tanto no estágio de desrespeito à ordem, em oposição à paz, quanto no caráter brutal da ação, em face do desrespeito à regra por ter passado da medida. Essa ênfase na equação *violência = força*, em Michaud tem relevância, uma vez que esse autor, ao propor uma teoria sociológica da violência, questiona os propósitos civilizadores das sociedades industriais

revistas Tempo Social, nº 1 (maio/1997) e São Paulo em Perspectiva, nº 3, vols. 13 e 14 (agosto-setembro/2000).

² Para aprofundamento sobre as dimensões do fanatismo político, religioso, racista e esportivo, ver: Jaime Pinsky; Carla Bassanezi Pinky (2004).

modernas que fizeram uso de uma “força legítima” para romper com as sociedades tradicionais.

As sociedades industriais modernas centralizaram, por intermédio de suas instituições, o domínio da violência³ e forjaram relações harmônicas, mediadas pelas metodologias pedagógicas de formação ao trabalho e à vida em sociedade. Esse aspecto tem sido questionado, e a violência, considerada como fato social, passou a ter importância. O que foi satisfatório para Michaud (1989, p. 113) é que:

A violência não é mais negada e recalcada e sim reconhecida como problema que pede soluções e remédios. Ela faz parte dos fenômenos submetidos à regulação social. Por isso podemos afinal nos indignarmos pelo modo cínico e desencantado com que as sociedades contemporâneas fizeram da violência um instrumento banal e submetem-na ao cálculo, à gestão e ao controle; mas também podemos nos espantar de seus recursos sempre renovados para controlá-la, neutralizá-la, redirecioná-la, utilizá-la – e freqüentemente reduzi-la.

Pois bem, se violência é o uso da força sem a devida medida ou em abundância, ela só ganha sentido nas sociedades industriais modernas, democráticas, quando ultrapassa limites socialmente estabelecidos em acordos tácitos, regras ou convenções. No âmbito do social, ninguém escapa da possibilidade de praticar e sofrer algum tipo de violência, podendo ser, como salientam Costa; Pimenta (2006, pp. 7-8), “[...] praticada pelo Estado, instituições, grupos sociais e religiosos, organizações públicas e privadas, sistemas de comunicação e econômico, pessoas, enfim, por todos nós”.

O complicador, no caso de a violência ter assumido caráter polifônico e multiforme, é que corremos o risco de abandonar os princípios norteadores da dignidade humana, uma vez que tudo passa a ser traduzido como espetáculo, questão de polícia ou resultante da vitória do mais poderoso sobre o mais fraco.

Como ultrapassar o discurso midiático, policialesco e economicista sobre violência e fazer uma relação com os efeitos da globalização? Em escala mundial, experimentamos novos arranjos de toda ordem e de toda sorte, de caráter satisfatório e insatisfatório. O que parecia ser um simples arranjo das novas relações do sistema produtivo traduziu-se em mudanças radicais na racionalidade humana, na forma de fazer política, nos traçados dos Estados e Soberania nacionais, na cultura, no social, na produção de sentidos e na produção simbólica. Diante desses aspectos é que pensamos na relação violências–globalização e apresentamos duas frentes, para adensar a reflexão, quais sejam:

a. Ulrich Beck (1999, p. 13-23), ao falar dos equívocos do globalismo e das respostas à globalização, entende que os novos tempos se traduzem no surgimento das sociedades de informação e de

³ Michael Foucault (1992) fez leitura interessante sobre esse aspecto, no livro “Vigiar e Punir”.

conhecimento e na eliminação das distâncias, das fronteiras, das barreiras alfandegárias, que ocorrem como uma consequência da multiplicação das organizações internacionais, mas essencialmente, da “[...] exclusão da política do quadro categorial do Estado nacional, e até mesmo do papel esquemático daquilo que se entende por ação ‘política’ ou ‘não-política’ (Beck, 1999, p. 13);

b. Boaventura de Sousa Santos (2002) entende que estamos diante de um acontecimento multifacetado de dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo, cujas interpretações e explicações não podem ser reduzidas. Para ele, a globalização configura-se por ser um “[...] vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro” (Santos, 2002, p. 27).

Ulrich Beck permite-nos perceber a existência de uma *moral ultra-conservadora*⁴ que o modo de produção contemporâneo imprime nas relações, cada vez mais exigindo posturas “não-políticas”, funcionais, sob o nome de qualidade, competência, gestão etc. No que diz respeito às sugestões de Boaventura de Sousa Santos, podemos visualizar que nada é tão mecânico ou sem conflito.

Ao buscarmos a vinculação desses dois pensamentos, abrimos um campo de análise que só ganha sentido dentro de uma *sociologia da conflitualidade*. Essa categoria foi sugerida por José Vicente Tavares dos Santos (1999, pp. 12-13), que aponta seis *idéias-elementos* para se ter como base de partida. Em síntese, temos de compreender: **1.** a noção da complexidade na reconstrução da realidade histórica e social, por intermédio de feixes de relações; **2.** o reconhecimento da historicidade dos processos e dos conflitos sociais; **3.** o processo social entendido como “mediação” da interpretação social pelos agentes sociais; **4.** a percepção das classes e grupos sociais como construções práticas e simbólicas de posições na estrutura da sociedade; **5.** a oposição regra–conflito como estruturante do saber sociológico; **6.** a localização da sociologia do conflitualidade deve ser situada no contexto dos efeitos da globalização da sociedade e da economia contemporâneas.

Na realidade, quando José Vicente Tavares dos Santos propõe uma *sociologia da conflitualidade*, ele demarca seu percurso teórico por negar a existência de uma sociedade do consenso, da integração e homogênea. Tal posição fica mais latente com os efeitos produzidos em tempos de globalização, resultando no acirramento de tensões, desigualdades, diferenciações, exclusões e contradições. A violência, ao ganhar traduções polifônicas, caráter multifacetado, trouxe consigo o

⁴ Pensamos, no texto, “moral” diferente do sentido empregado por Émile Durkheim (1978). Ele acreditava ser a educação um caminho plausível para se ver o imaturo se formar adulto, pois apreendeu todos os conceitos funcionais para viver na sociedade da igualdade, liberdade e fraternidade. Empregamos o termo “moral ultra-conservadora” ao explicitarmos que há uma crescente tentativa de higienização, por intermédio do extermínio daqueles que estão em situação de risco ou de vulnerabilidade social.

questionamento dos direitos fundamentais, dos valores universais, das liberdades individuais e coletivas, e desencadeou relações socioculturais concretas sem mediações do político e do coletivo. Talvez a ausência de mediações do político e do coletivo seja uma das chaves para o entendimento da violência no plano do indivíduo e do social.

Nessa esteira, ao falarmos de uma nova ordem mundial, evidenciada por profunda e extensa recomposição do sistema produtivo global, podemos aceitar o argumento de René Dreifuss (1996, p. 12), ao afirmar que estamos vivendo a “instauração de uma totalizante e cinzenta época de desilusões e desencantamentos de dimensão planetária”.

Embora tenha pouca visibilidade, uma vez que a tecnologia, a marca e o consumo nos direcionam ao mundo dos *sonhos*⁵, percebe-se a ocorrência de um “ajuste das promessas de felicidade oriundas do processo de modernidade⁶. Visível ou não, há uma modificação do papel mediador do Estado, e as conseqüências, em face da internacionalização da economia, poderão (ou não) determinar a fragmentação da identidade ou a configuração de uma postura pouco coletiva na formação do sujeito.

O que isso implica, em termos práticos, no cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais? A resposta não é simples. A questão pode ser explicada por várias frentes. Privilegiamos duas delas: o indivíduo e o sociocultural.

Da primeira perspectiva, em Alan Touraine (2002, p. 213), consideramos que a fragmentação da identidade e do sujeito imprime outras estratégias, não só de inserção democrática e social, mas também de possibilidades de resistências e de superação. Essa fragmentação tem conseqüências sociais severas quando nos jogos das relações sociais ocorre uma sobreposição do indivíduo funcional, passivo diante das regras da ordem sobre o sujeito, consciente, dono de seu processo de participação social, ou seja: uma sociedade mundial cada vez mais vislumbrada pelo consumo “[...] que se consome em um presente cada vez mais breve, indiferente aos estragos causados pelo progresso na sociedade e na natureza”.

Da segunda, a identidade, um dos pontos latentes no debate sobre os efeitos da globalização. Hall (1997) aponta que há um “deslocamento” do sujeito e dos grupos sociais que possibilita o surgimento de novas relações socioculturais, políticas e econômicas, cujo resultado pode ser traduzido no aparecimento de novas identidades, as quais se caracterizam pela instabilidade, pela fluidez.

Nesse sentido, e em boa medida, levando às últimas conseqüências as indicações desses autores, as relações socioculturais ganham prospecções de excesso, de espetacular, de efêmero, de banal, de vazio, de intolerável. Esse cenário descreve-se por novas práticas de

⁵ Para aprofundamentos sobre essa questão dos sonhos, ver: Marc Auge (1998).

⁶ Processo de modernidade é entendido como sendo as transformações sociais promovidas após o advento das revoluções francesa e industrial, tendo em vista as promessas de ordem, harmonia, solidariedade e progresso contidas no ideário de tais revoluções.

violências, e, em tempos de deslocamentos e modificações, dois pontos, com relação à perspectiva sociocultural, merecem a nossa atenção:

(a) *a constituição da imaginação social por intermédio da tecnologia midiática*. Nunca foi tão forte a influência dos sistemas tecnológicos de comunicação no modo de ver, sentir, avaliar, ser, estar e viver de pessoas e grupos sociais; o que acontece lá ou aqui é transmitido simultaneamente, em tempo real. Implica sobremaneira aproximação, reprodução, assimilação e rejeição de práticas ou manifestações. Para Octávio Ianni (2003), a mídia se caracteriza como sendo o novo “príncipe”, e as decisões do *ágora* são expostas por uma democracia eletrônica que se propõe a ajudar uma multidão solitária. O autor salienta que:

O príncipe eletrônico é o arquiteto do agora eletrônico, no qual todos estão representados, refletidos, defletidos ou figurados, sem risco da convivência nem da experiência. Aí, as identidades, alteridades e diversidades não precisam desdobrar-se em desigualdades, tensões, contradições, transformações. Aí, tudo se espetaculariza e estetiza, de modo a recriar, dissolver, acentuar e transfigurar tudo o que pode ser inquietante, problemático, aflitivo (Ianni, 2003, p. 69).

A posição de Octávio Ianni (2003, p. 69) ganha sentido quando refletimos sobre as tecnologias midiáticas e suas articulações sistêmicas, ou quando:

Tomadas em si, sem qualquer aplicação, podem ser tomadas como inocentes, neutras. Quando inseridas nas atividades sociais, nas formas de sociabilidade, ou melhor, nos jogos das forças sociais, nesses casos transformam-se em técnicas sociais. Passam a dinamizar, intensificar, generalizar, modificar ou bloquear relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais ativas em todas as esferas da sociedade nacional e mundial.

Nos dias atuais, não dá para questionarmos o universo da imaginação social, da constituição do senso comum e da vida cotidiana sem termos como ponto de partida as pautas informativas das mídias, pois são manifestações alimentadas por esse modo de comunicação social.

(b) *a constituição do sentimento de insegurança*. Para Zygmunt Bauman (2001), a modernidade é portadora da fugacidade das atuais experiências sociais, pois as seguranças materiais creditadas pela idéia de modernidade transformaram-se em verdade líquida. Esse autor, ao falar das inseguranças de nosso tempo, aponta que, com a quebra das garantias, tudo ficou fluído, volátil e instantâneo. Afirmamos, amparados nas sugestões de Bauman, que as relações sociais, institucionais e entre pessoas ganharam em complexidade e, nessa complexidade, em um mundo fluído, veloz, fugaz e instantâneo, as violências, em suas inúmeras facetas, adquirem uma linguagem corrente no cotidiano das pessoas.

No âmbito da história, sempre estiveram presentes entre os homens e constituem relações, vínculos, identidades, sistemas, organizações. Contudo, associadas ao contexto da globalização ganham

dimensões preocupantes, uma vez que afetam, sobremaneira, as estruturas sociais, as condições de trabalho, as relações entre Estados e entre religiões, a produção cultural, a vida do homem simples, as experiências entre o “eu” e o “outro” e, acima de tudo, inscrevem-se em “novas” subjetividades coletivas, estas visivelmente diluídas e deterioradas. O esforço de Benedette Vecchi (2005, p. 11) em sintetizar a posição teórica de Zygmunt Bauman resume as tendências das novas subjetividades coletivas em circulação pelo mundo:

Estão criadas as condições para o esvaziamento das instituições democráticas e para a privatização da esfera pública, que parece cada vez mais um *talk-show* em que todo mundo vocifera as suas próprias justificativas sem jamais conseguir produzir efeito sobre a injustiça e a falta de liberdade existente no mundo moderno.

Os apontamentos teóricos declinados ao longo do texto, tendo como referencia autores de diversas correntes de pensamento, estabelecem os marcos iniciais para o que denominamos de *dimensões socioculturais das violências*. Devemos acrescentar que: suas respostas não podem reduzir às explicações policiais, judiciárias, econômicas e de exclusão social; não são atos inerentes as pessoas em condição de vulnerabilidade social; ganham outras significações dentro do processo histórico de constituição das relações sociais; são pertinentes, nos moldes da violência criminológica, da vida urbana e do desequilíbrio da distribuição dos aparelhos sociais de formação e da dignidade humana; não são acontecimentos exclusivos de países ou espaços urbanos periféricos.

Sabemos que nas últimas décadas a população urbana superou a marca de 80%, o que, por si, já é um complicador no gerenciamento dos conflitos e das tensões do cotidiano das cidades. Esse aumento, somado aos efeitos dos novos tempos, multiplicou a influência de atores externos e de organizações internacionais, os quais atuam para o “bem” e para o “mal”.

Vemos organizações transnacionais como Banco Mundial, Igrejas Católicas e Evangélicas, empresas privadas, Organizações Não Governamentais, cartéis de tráfico de drogas, máfias, movimentos sociais (raciais, homossexuais, ambientais, de luta pela terra, dentre outros) atuando no cenário global. Segundo as indicações de Ulrich Beck (1999), basta o movimento de atuação desses atores para que seja garantida uma (des)ordem mundial.

Uma dos efeitos dessa movimentação é o acirramento de violências. No Brasil, a violência urbana atingiu proporções assustadoras. Com efeito, diferente do que ocorre em países do Oriente Médio e da Europa, as suas motivações não se explicam pela via religiosa ou política, respectivamente. Para investigarmos esse processo tem-se que fazer um exercício histórico de constituição da sociedade brasileira e nele inserir questões de ordem externa e interna.

Nessa memória se compreende, enquanto formação do Estado brasileiro, um conjunto de violências praticadas contra índios, negros,

mulheres e pobres, as quais não foram superadas com a transição do Brasil-Império ao Brasil-República⁷. O alinhamento do Brasil ao ideário da “ordem” e do “progresso” não foi suficiente para promover ações compensatórias para produzir “igualizações” em perspectivas econômicas, políticas, sociais, culturais e, sobretudo, simbólicas.

Em plena “revolução” tecnológica e informacional vemos, de modo acentuado, exacerbar a violência contra índios, negros, mulheres e pobres, com agravantes de não superarmos as demandas sociais impulsionadas pelo processo de urbanização e de industrialização.

Presenciamos a instalação de espaços habitacionais precários, a caracterização de um sistema produtivo que impõe o aumento irreversível do desemprego, o deslocamento de movimentos migratórios em busca de melhores condições de vida e, acima de tudo, o acirramento das lutas de classes. É possível, neste último item, identificarmos a configuração coletiva de uma emergente *moral conservadora* e higienizadora, meramente funcional às ordens de um certo mundo econômico, momento em que vemos o risco latente da ocorrência de violências fúteis, banais gratuitas, em escala mundial, ao cruzarmos essas questões com os efeitos da globalização, pois a todo instante surgem manifestações de autoridades e de formadores de opinião que expressam essa ênfase moral⁸ no papel repressor do Estado.

A pouco tempo tivemos o Secretário da Justiça do Rio de Janeiro, o ex-governador Garotinho, insinuando a construção de um muro para cercar a zona norte da zona sul no Rio de Janeiro, em face da “violência das favelas”; os prefeitos das cidades de Campos do Jordão e Ubatuba, instâncias turísticas do interior paulista, proibiram a entrada e a circulação de ônibus tipo “farofeiro”, o chamado turismo popular, sob a alegação de que esse povo em nada contribuía para o comércio local.

A situação se agrava ao folhearmos os jornais. Cotidianamente observamos que determinados jovens de classe média, polícias e autoridades públicas legitimam a violência, e dela fazem uso, ao objetivarem, com consciência ou não, dessa “zona *moral conservadora*”. Na prática a ação desses grupos resulta em extermínio, chacinas e mortes. É o caso da candelária (RJ), da favela Morro do Alemão (RJ), do bairro Perus (SP), do massacre do Carandiru, da morte do Coronel da Polícia Militar (SP)⁹, das intervenções da polícia ao tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro, dos jovens que atearam fogo no índio (Brasília), da agressão contra a empregada doméstica (RJ), da morte de homossexual

⁷ Cf. Luiz Eduardo W. Wanderley (1997, p. 49-159).

⁸ Não é sem sentido que o filme “Tropa de Elite”, dentre várias leituras possíveis, caiu nas graças de parcela significativa da sociedade, com a identificação explícita da figura de “Nascimento”, personagem central do filme.

⁹ Trata-se do caso do Cel. PM José Hermínio Rodrigues, que foi morto, provavelmente por policiais. O crime ocorreu em janeiro deste ano, na cidade de São Paulo, quando andava de bicicleta na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, no Mandaqui, próximo à Academia de Polícia do Barro Branco e do Clube dos Oficiais da Polícia Militar. Há fortes indícios de que o crime tenha sido cometido por policiais, pois grupos de extermínio eram investigados, no interior da corporação.

(SP), das posições regionais xenofóbicas. Enfim, temos uma infinidade de exemplos para apontarmos o quanto essa mentalidade *moral* inscreve-se na imaginação social brasileira e, de diferentes maneiras, assume formas preocupantes.

Ao relacionarmos esses acontecimentos com a realidade brasileira afirmarmos que a violência ganhou corpo, lugar, etnia, cor da pele, rosto, perfil e origem. Embora seja constituída nos jogos de relações sociais, a culpabilidade de suas práticas restringe-se às classes populares, em especial aos jovens, causando espanto quando seus autores são de classe média ou alta. Essa afirmação produz sentidos e cada vez mais ganha eco na imaginação social sobre o perfil socioeconômico dos atores da violência. Para tal postura podem ser apontados diversos fatores explicativos. Aqui explicitamos três deles:

1. quem produz a violência, na visão e na imaginação do senso comum, é pessoa de baixo poder aquisitivo, pobre, negro, mestiço e, além desses requisitos, ocupa piores localizações no espaço urbano. Abre-se um espaço para a existência de *xenofobia a moda brasileira*: contra os nordestinos, favelados, moradores de bairros periféricos, e moradores de rua.

2. a ordem social não reconhece que a violência “constitui” outras formas de relações sociais, reproduzindo representações, códigos e estilos de vida próprios, por vezes até como proteção contra as hostilidades de nosso tempo.

3. o discurso corrente não reconhece que o indivíduo inscrito na sociedade, independentemente de classe social, faz parte de um sistema social complexo, e reconhecer esse aspecto do social requer aceitar que a sua composição não é exclusivamente racional, como se pretendia no processo civilizador moderno. Isso porque ele se complementa, também, de informações diversas (míticas, ritualísticas e sentimentos) e porque as pessoas, cada qual ao seu modo, reagem aos estímulos dos afetos, das angústias, das frustrações e das desgraças.

O complicador desta questão, quando falamos na instauração dessa *moral* repressiva, é que ela não se circunscreve na atuação policial, pensada militarmente para “guerra” e proteção da ordem (paz) pública. A preocupação adquire relevância no momento em que as instituições públicas, o modo produtivo, os órgãos de formação e de opinião e o homem comum passam a assumir, a produzir e a reproduzir posturas generalistas com relação a lugares e pessoas.

Vemos internalizada a idealização do que é ser bem sucedido, não sem tensões, conflitos, disputas, contradições e ideologias, na configuração de um sistema sociocultural de comunicação, o que na maioria das vezes passa pelas identificações promovidas na mídia e na sociedade do consumo. Em contrário, a idealização do fracassado se constitui como um “mal”, *parte maldita da sociedade*, parafraseando George Bataille (1975), que deve ser eliminado.

A noção constitutiva da idealização do que venha a ser sucesso ou fracasso remete, no interior da ordem social, a existência de um

conflito entre classes. De um lado, as classes populares clamam pelo acesso aos benefícios das sociedades tecnológicas, informacionais e de consumo e buscam estratégias de proteção às desigualdades de nosso tempo. Por outro lado, o esforço das classes média e alta em proteger seus “bens” e “patrimônio” promove práticas de higienização social, numa luta moral para eliminar a “parte maldita”: os humildes, os pobres e a pobreza.

A unidade escolar pode ser caracterizada como um dos locais em que essas tensões emergem. Via de regra, a escola, instituição de difusão da cultura, do saber e do conhecimento formais, tinha a competência na formação do indivíduo à vida adulta e à participação na sociedade. Hoje, pensando nas massas populares, ela parece ter perdido o seu sentido de existir, embora esteja tentando fazer o seu papel, mas, acima de tudo, por estar mobilizando seus esforços para acalmar a “revolta” de seus inscritos.

Para ilustrar, indicamos que, a partir dos resultados de pesquisa de campo que realizamos junto de escolas públicas estaduais de uma cidade no interior do estado de São Paulo, a escola abandonou os alunos e, também, os alunos abandonaram a escola. Não pela precariedade de seu espaço físico ou pelo modo de inserção permitido aos alunos, mas, principalmente, pelo descrédito de ambos sobre o papel desempenhado por ela¹⁰.

Na oportunidade, com os objetivos de (a) apontar em quais elementos se sustentava a relação escola-professor-aluno-políticas educacionais, enquanto local de formação e de difusão de um determinado conhecimento, saber e expressões culturais e de (b) revelar como a escola atuava diante da realidade apresentada, passamos a observar o cotidiano de três escolas estaduais. Sediadas no município de Taubaté, vale do Paraíba paulista¹¹, foram escolhidas pela relevância histórica das mesmas. A título de contextualização, a cidade possui um centro industrial, pecuarista e rizicultor e é conhecida como a capital universitária do vale do Paraíba. Do ponto de vista histórico, atravessou os ciclos econômicos relevantes na história do país e mantém as

¹⁰ Essa afirmação é resultante dos dados sistematizados no projeto “As Relações Mediadoras da Escola no Processo de Socialização Contemporânea: Políticas de Identidade e Relações de Poder”; pesquisa iniciada em 2004 pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporâneas (UNITAU) e que teve desdobramento em outras três propostas de Iniciação Científica: 1. “História do presente: escola e violências, um olhar sobre o contexto escolar público na cidade de Taubaté”; 2. “O período da Ditadura Militar: escola e violências, um olhar sobre o contexto escolar público na cidade de Taubaté – Biênio 2004-2005 / 2005-2006 (bolsistas PIC/UNITAU); e, 3. “A Escola Contemporânea: o processo de socialização e de poder na relação professor aluno” – Biênio 2006-2007, como financiado do CNPq.

¹¹ Taubaté é uma das principais cidades do vale do Paraíba paulista, este localizado região nordeste do Estado de São Paulo, entre a região metropolitana da capital estadual, o sul do Estado do Rio de Janeiro e o sudoeste do Estado de Minas Gerais. A densidade demográfica de Taubaté é de 381 hab/km, contando com cerca de 290.000 habitantes, cuja renda per capita urbana é de US\$ 4.486,959 e a rural em torno de US\$ 2.557,788. (Fonte: www.taubate.sp.gov.br. Acesso em 22.12.2005).

diferenciações étnicas do povoamento imprimindo traços contrastantes na sua fisionomia urbana de cidade tricentenária, conservadora por característica.

Permanecemos durante o ano letivo de 2005 e parte de 2006. Na escola, registramos detalhadamente os acontecimentos dentro de sala de aula, da sala dos professores e da unidade pesquisada, focando sempre a relação professor-aluno com um campo de forças em que se pode ver expressado a dimensão social contemporânea, principalmente no que diz respeito à constituição da representação sociocultural que temos do trabalho, do sucesso, do fracasso, da visibilidade e do respeito social.

Embora a abordagem tenha se pautado pelo registro etnográfico de observação espacial e de coleta de dados, utilizamos a sociológica, em seu aspecto dialético, à análise dessas informações. Os sujeitos investigados foram os jovens do ensino fundamental e Médio, bem como seus respectivos professores, em situação de sala de aula. Em síntese, pudemos perceber que as escolas estaduais estudadas, cada qual, reforçam, enquanto unidade de formação ou de resposta às propostas de política à educação dos últimos anos, os processos de exclusão e dificultam o fortalecimento da autonomia e da possibilidade de emancipação, estas por intermédio da escola. Não é demais dizer que tanto o professor quanto o aluno reconhecem essa seleção e a legitimam.

Há um conjunto de violências, simbólicas e explícitas, que compõe a relação professor-aluno e o cenário educacional. É perceptível desde as visitadas às unidades escolares e estão cercadas por grades, trancas nas salas de vídeo, de informática, de jogos, biblioteca e laboratórios, cuja sensação era a de que estávamos em uma prisão¹².

Na observação sociológica desse quadro, podemos salientar que ele se configura em face de uma crescente despolitização e descomprometimento das políticas educacionais, de seus gestores, dos professores, dos pais e dos alunos ao processo de formação¹³. Na prática aparece uma contradição às tendências presentes na LDB e PCN's e a escola, nos moldes da educação mundial, passa a ser um lugar de sociabilidades, de cumprimento de formalismos burocráticos e de execução funcional dos planejamentos e projetos pedagógicos. Portanto, como a violência no interior da escola¹⁴ ocupa um das preocupações

¹² Inserir esses elementos no projeto de arquitetura das unidades escolares talvez seja uma estratégia da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em fazer frente à violência intra-muros, extra-muros e de entorno.

¹³ O que se verifica é um descontentamento e uma desmotivação por parte dos professores em ministrar aulas e, minimamente, em participar do espaço da escola, o que é comprovado pelo alto número de faltas docentes, alto número de “professores eventuais” e grande evasão escolar.

¹⁴ Paralelo a isso, uma cultura de medo e insegurança é espalhada pela mídia e incorporada ao imaginário da instituição e das relações ali existentes. Sob o pretexto de que os alunos são “rebeldes”, “malcriados” e “sem perspectiva de vida”, a escola utiliza-se de todo o tipo de “armas” e de “argumentos” de que pode dispor para tentar cumprir seu papel, ou o papel que lhe foi designado: formar cidadãos pacatos e acomodados. Com o consentimento da sociedade, que balizam suas preocupações nos

centrais, a solução foi meramente moral: elaboração de um código de conduta e disciplinar.

O interessante desses dados nesta discussão é que eles nos permitem refletir sobre a questão da formação. É a transposição de um modelo de escola que tinha o compromisso de fazer, por intermédio de seus métodos pedagógicos, a oposição com as sociedades tradicionais e preparar o aluno, dentro de uma certa moral cívica e funcional, para as exigências da vida moderna. No interior da escola identificamos um movimento diferente e complexo. Não percebemos a preocupação, enquanto instância de formação, de oportunizar em igualdade de condições a inserção de todos ao mundo da tecnologia, da informação, da qualidade e da competição, esta cada vez mais afinada e acirrada. Àqueles que não são incluídos nessa inserção, a maioria, composta de negros, nordestinos, pobres, pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, sobra o abandono, a repressão e o uso da força.

A confusão é tamanha que ao analisarmos o projeto pedagógico das escolas pesquisadas, aquele que deveria conduzir direção, coordenação, professores, alunos e pais à cidadania, à emancipação, à autonomia, à tolerância, ao respeito pelo outro, constatamos que elas substituíram o processo de formação pela repressão policial no seu interior.

Ao retomarmos o foco do texto, vale a pena salientarmos que as implicações das mudanças nas sociedades mundiais resultam em manifestações e em experiências, em diversos níveis, instituições, instâncias e relações, que merecem aprofundamentos. No entanto, no que se refere às violências as vítimas são cada vez mais jovens¹⁵. Portanto, um aspecto é de conhecimento comum: em diferentes perspectivas, há o agravamento das violências presentes na sociedade, quanto mais visíveis nos movimentos e nos agrupamentos de jovens.

Implica dizermos que a relação entre “ser jovem” e as “expressões de violência” cada vez mais se afinam. A categoria *Juventude*, considerada como um período de vida entre 15 e 24 anos¹⁶, é uma invenção da sociedade moderna industrial.

No Brasil, segundo os trabalhos de Costa (1993; 2006) e de Abramo (1994), o movimento de jovens ganhou dimensões políticas e

noticiários policiais sensacionalistas, grades, muros, cercas e até câmeras são colocadas dentro da escola, com a “benção” da crescente violência urbana. Conjuntamente, se constrói todo um sistema de terror subjetivo em que se expõe o aluno ou o ameaça com diários de sala, livros “negros” ou exposições vexatórias.

¹⁵ Os números de homicídios de jovens no Brasil, dados de 2006, atingem o índice de 65 homicídios por 100.000 jovens, segundo informação contida no Mapa da Violência dos Municípios (WAISELFISZ, 2006, p. 23). Disponível em http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/mapa_da_violencia_baixa1.pdf. Acesso em 20.01.2008.

¹⁶ Definição extraída do livro “Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil. Juventude, Violência e Cidadania” (WAISELFISZ, 2004), realizado pela UNESCO Brasil, órgão vinculado às Nações Unidas (ONU), cujos dados utilizados foram extraídos do IBGE e do Ministério da Saúde.

culturais, e passou a organizar o lazer de determinados agrupamentos de jovens, extrapolando a expectativa funcional e cívica do papel social do “ser jovem”: preparação à vida adulta. Esses agrupamentos, em muitos casos, ganharam conotação negativa aos olhos da sociedade, em razão de seus comportamentos e posturas “fora dos padrões”. Para Costa (2006, p. 18), os grupos de jovens, denominados gangues juvenis, “começaram aos poucos a ter visibilidade, no fim dos anos 50 e início da década de 60, inicialmente em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, e, a seguir, em outras partes do Brasil”. Contudo, ainda não eram tidos como um “problema” socialmente preocupante.

Desse contexto, explicitado por meio dos aspectos políticos, culturais, de lazer e de massa, apreender o que venha a ser “juventudes”¹⁷, perpassada pela noção de “cultura juvenil”, requer interpretá-la: como um estágio preparatório à vida adulta ou ao desenvolvimento humano; como, no interior da lógica da sociedade atual, uma massa concentrada de poder de compra; e, como parte de um internacionalismo da cultura juvenil, de base urbana. No texto, pensamos juventude na terceira forma de interpretação. Podemos extrair exemplos *da música*: Hip Hop, Bailes Funk, Rock; *das expressões culturais*: Punk, Skinreds, Darks; *das manifestações políticas*: Anarcopunk, Frente Nacional; e, *das práticas de lazer*: Hooligan, Torcida Organizada, Barra Brava, Vale Tudo, clube da luta.

Outro dado crescente no Brasil, quando se aborda o tema da juventude-violência, é a transposição da violência dos “muros” periféricos aos bairros de classes média e alta fez com que a mídia, a sociedade e os órgãos públicos passassem a enxergá-la com maior preocupação. Essa vinculação, violência-juventude, assume um caráter urbano de expressões irradiadas dos grandes centros para as cidades de médio e pequeno porte, em escala mundial¹⁸.

A juventude traduz-se em “problema”¹⁹ quando se fala do agressor ou da vítima nos casos de morte, sangue, arma, droga, álcool, brigas, vandalismos, sensação de superioridade sobre o outro, risco, excesso, irresponsabilidade, indisciplina, mas também energia, vitalidade, possibilidade, expectativa, sonho, visibilidade, solidariedade,

¹⁷ Hoje, com as múltiplas facetas existentes de agrupamentos de jovens, não dá para utilizar o termo “juventude” no singular. Daí o termo “juventudes”. Nesse sentido apontam as coletâneas elaboradas por Pais; Blass (2004) e Costa; Silva (2006).

¹⁸ O Mapa da Violência realizado pela Rede de Informação Tecnológica Latino Americana, RITLA, divulgado em 29.01.2008, aponta para um crescente deslocamento da violência às cidades do interior. Como conseqüência, salientamos que a violência tem crescido mais no interior do país do que nas capitais. Disponível em <http://www.ritla.net/index.php>. Acesso em 29.01.2008.

¹⁹ Não é relativizar, mas “os jovens são o que são, mas também são (...) o que deles se pensa, os mitos que sobre eles se criam” (PAIS, 2004, p. 11).

sociabilidades. Em campo aberto, os movimentos juvenis não se resumem à violência; contudo, a ela, em muitos casos, estão atrelados²⁰.

Há, no Brasil, cerca de 35 milhões de jovens²¹, e sabe-se que o crescimento do número de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos é significativo. As conseqüências têm igual proporção, o que levou à realização de inúmeras pesquisas, na tentativa de compreensão do fenômeno²².

Os dados contidos na pesquisa “Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil. Juventude, Violência e Cidadania” são consistentes e importantes para a apreensão do movimento de juventude relacionado à violência. Os números exprimem uma realidade: **a.** Em 2002, 48.983 jovens foram vitimados no país, num total de 54,5 mortos por 100 mil habitantes; **b.** Em uma década (1993 a 2002), assistimos ao aumento de 88,6% de jovens mortos; **c.** Em 2002, 39,9% das mortes de jovens se deram por homicídio, 15,6% por acidente de trânsito e 3,4% por prática de suicídio. Juntos, homicídio, trânsito e suicídio totalizam 59% das mortes dos jovens brasileiros; **e.** Em 2002, 31,2% das mortes de jovens foram causadas por arma de fogo; **f.** Nos finais de semana, os homicídios aumentam 2/3, em relação aos dias da semana.

Na realidade o que apontam os números e as estatísticas, poucos lembrados quando se manifestam as indignações sobre a violência, é que na constituição do “ser jovem” não se questiona os traçados, excludentes, trilhados por nosso modelo econômico, político e sociocultural, em que o jovem é colocado à margem do processo produtivo, e tratado como problema social. O resultado não pode ser outro: “expressões de violências”. Pelo menos é o que falam os jovens em forma de números e a violência traduzida estatisticamente em suicídio, uso de álcool e drogas, excessos, agressões, incivildades, indisciplinas e mortes.

Conclusão

Dentro das preocupações deste artigo, quando nos propusemos em aproximar alguns efeitos sociais da globalização ao surgimento de *novas expressões de violência*, apontamos a instauração nas sociedades contemporâneas do sentimento de medo e de insegurança, com relação ao descontrole da violência, ao aumento da criminalidade, à pulverização de atos de terrorismo pelo mundo e ao aumento significativo de homicídios. Como conseqüência, em resposta a esse sentimento, encontramos um processo de institucionalização de ações repressivas que se convergem

²⁰ Um exemplo desse fenômeno é o resultado da pesquisa realizada por Pimenta (1997) sobre violência entre torcidas organizadas de futebol que constatou ser os jovens a maioria das vítimas e agressores desse movimento de lazer.

²¹ Cf. Waiselfisz, “Op. Cit.”, p. 25. Os dados são de 2002, mas servem como parâmetro ao debate sobre juventude-violência.

²² Faremos menção para algumas delas: **a.** Abramo; Branco (2005); **b.** Spósito (2003); **c.** Abramovay (2002).

em um risco aos princípios constitucionais de respeito à pessoa e aos seus direitos coletivos, sociais, políticos e humanos.

Não é, a violência, uma questão brasileira ou de países periféricos. Na leitura de Hans Magnus Enzensberger (1995), apreende-se que a realidade urbana do fim do século XX se transformou em uma *guerra civil*. Na óptica do autor, as grandes metrópoles mundiais do porte de Los Angeles, Johannesburg, Paris, São Paulo, Detroit, Hamburgo ou Birmingham, não importa onde, vivem verdadeiras guerras civis, moleculares, em razão do esvaziamento da legitimidade ou dos fundamentos ideológicos que sustentavam as relações sociais.

Da leitura de Enzensberger (1995, p. 19-20) nos apropriamos de um tipo de realidade cada vez mais cruel e sem o compromisso com o outro. Esse aspecto ganha evidência, por exemplo, no relato de um “[...] assassino juvenil que sai à caça de indefesos e quando se indagam seus motivos, fornece as seguintes declarações: ‘não sei de nada; estava entediado’”. O argumento utilizado, embora radical, nos permite visualizar a existência de um processo de despolitização das relações sociais e institucionais, como um todo. Como resultado, os efeitos desse traçado aparecem nos centros urbanos em forma de violências moleculares, esvaziadas de sentidos e de conteúdo ideológico, promovida pelos diversos tipos de grupos e amotinados espalhados pelo mundo.

Ao adotarmos aspectos desse posicionamento podemos insinuar que: os resultados dos conflitos, assaltos e homicídios não ilustram uma espécie de luta de classes entre pobres e ricos; a maioria das vítimas da violência e dos homicídios não são preferencialmente os ricos, mas, particularmente, os pobres e excluídos socialmente.

Quando a violência passa a manifestar-se descontroladamente, ela pode se tornar um componente de incivilizações, o que leva à destruição as formas de convivência e à extinção da ética nas dimensões socioculturais. Há um retorno, ainda mais contundente, de posições radicais, fanáticas, fundamentalistas e repressoras que se alocam na imaginação social no momento em que a ação ou o debate público é sobre combate e controle da violência.

Na atualidade, a violência se constituiu como um fato social preocupante. As tentativas de minimizar suas conseqüências devem, sem partir de uma receita pronta e acabada, respeitar as características socioculturais de cada localidade e região, grupo ou movimento social e as múltiplas diversidades presentes no plano da cultura. Por não existir receita, devemos tomar os seguintes cuidados: a violência não é privilégio das classes populares, embora estas estejam mais suscetíveis a ela; as ações devem ultrapassar o universo da educação e do esporte, sem a intenção, exclusiva, de reprimir suas práticas; não há como desencadear propostas de modificações significativas no quadro urbano, dentro da lógica do mercado e do capital, sem minimizar seus efeitos de individualização, de consumo e de competição, cada vez mais acirradas com o advento da globalização; ações políticas que valorizem o reconhecimento do “outro”, do coletivo e da dignidade humana; resgatar

o sentido de um projeto pessoal e coletivo de vida, com base nas experiências produzidas no cotidiano do homem comum em nossa sociedade.

No que se refere a violência, as contradições da sociedade estão postas. Ao nosso entendimento, é necessário repensar a lógica da competição, do consumo e da cultura da individualização por inteiro e por dentro. Essa pretensão nos permite a identificação de seus limites, dificuldades e superações.

Explicitamos que o confronto demarcado entre a realidade urbana e o contexto sociocultural em que vivemos contribui para desmascarar as ilusões de perfeição, de felicidade e de competência idealizadas nos discursos ufanistas dos arautos da globalização. De resto fica a síntese: ou superamos esses modelos apolíticos de acomodação das massas populares ou continuaremos a estigmatizar e a praticar violências, de todas as ordens, contra pessoas, lugares, classes.

Abstract: This article analyzes the social effects of globalization and the sociocultural nature of what has been defined as violence. The theoretical support is based on contemporary authors who associate violence with globalization. The purpose is to note that if apolitical efforts to accommodate the popular masses are not changed, violence of all kinds will continue to be stigmatized and practiced against people, places and classes.

Keywords: violence; urban violence; effects of globalization.

Referências

ABRAMO, H. *Cenas Juvenis: Punks e Darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta/ANPOCS, 1994.

ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, M. *Juventude, violência e Vulnerabilidade Social na América Latina*. Brasília: UNESCO/B.I.D., 2002.

AUGÉ, M. *A Guerra dos Sonhos: exercícios de etnoficção*. Campinas, SP, Papirus: 1998.

BATAILLE, G. *A Parte Maldita*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, U. *O que é Globalização? Equívocos do Globalismo, respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, M. R. "Culturas Juvenis, Globalização e Localidades". In: *Sociabilidade Juvenil e Cultura Urbana*. São Paulo: Educ, 2006, pp. 11-27.

- COSTA, M.R., *Os Carecas do Subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. Petrópolis: RJ, Vozes, 1993.
- COSTA, M.R.; PIMENTA, C.A.M. *Violência: Natural ou Sociocultural?* São Paulo: Paulus, 2006.
- COSTA, M.R.; SILVA, E.M. (Orgs.). *Sociabilidade Juvenil e Cultura Urbana*. São Paulo: EDUC, 2006.
- DREIFUSS, R.A. *A Época das Perplexidades, mundialização, globalização e planificação: novos desafios*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. 11 ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.
- ENZENSBERGER, H. M. *Guerra Civil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história de violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HALL, S. *Identidades Culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- IANNI, O. O Príncipe Eletrônico. In: DOWBOR, L... [et al]. *Desafios da Comunicação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 62-76.
- MICHAUD, Y. *A Violência*. São Paulo: Ática, 1989.
- PAIS, J.M. "Introdução". In: PAIS, J.M.; BLASS, L.M.S. *Tribos Urbana: produção artística e identidades*. São Paulo: Annablume, 2004, pp. 9-21.
- PAIS, J.M.; BLASS, L.M.S. *Tribos Urbana: produção artística e identidades*. São Paulo: Annablume, 2004.
- PIMENTA, C.A.M. *Torcidas Organizadas de Futebol: Violência e auto-afirmação, aspectos da construção das novas relações sociais*. Taubaté: Vogal Editora, 1997.
- PINSKY, J.; PINSKY, C.B. *Faces do Fanatismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- SOUSA SANTOS, B. Processos Globais. In: SOUSA SANTOS, B. (org.). *Globalização e ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-102.
- SPÓSITO, M.P. *Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. (Org.). *Violências em Tempo de Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

TOURAINÉ, A. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, Vozes, 2002.

VECCHI, B. Introdução. In BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil. Juventude, Violência e Cidadania*. Brasília, DF: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2004.

WANDERLEY, L. E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C.

WANDERLEY, M.B. (Org.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 1997, p. 49-159.

WIEVIORKA, M. O Novo Paradigma da Violência. In: *Tempo Social*. Revista Sociologia da USP. São Paulo, v.9, nº 1, maio de 1997, p. 5-41.